

O CONTATO, O CONTEXTO E AS REPRESENTAÇÕES: O INDÍGENA E O IMIGRANTE EUROPEU NO RIO GRANDE DO SUL DO SÉCULO XIX

Nathan Ferrari Pastre¹

Resumo: O presente trabalho aborda o contato entre os indígenas e os imigrantes europeus, sobretudo no Nordeste do estado do Rio Grande do Sul, durante o século XIX. A sobreposição das áreas destinadas aos imigrantes às áreas ocupadas por indígenas (kaingang) ocasionou o contato entre essas populações tão distintas, o qual, em geral, foi conflituoso. Os indígenas responderam à ocupação de suas terras através de assaltos e sequestros, enquanto que os europeus, em defesa de seus interesses e com o apoio do governo, praticaram ações de repressão, seja através da defesa pessoal por armas de fogo, seja através de milícias de perseguição dos grupos indígenas. Neste processo, há a construção de representações dos indígenas por parte dos imigrantes europeus. O "bugre" é visto como violento, animalesco, vingativo e vagabundo, enquanto que, em oposição, o imigrante passa a ser considerado o pioneiro, o desbravador, o trabalhador, o colonizador. Neste jogo de interesses, serão analisados alguns relatos da época para que se possa compreender melhor a questão, sobre o contato entre os grupos imigrantes e os indígenas. Buscar-se-á compreender como ganham vez as representações pejorativas dos indígenas e a exaltação dos colonos europeus.

Palavras-chave: Representações dos indígenas; colonização do Rio Grande do Sul; contato interétnico.

Introdução

O conflito físico e ideológico entre indígenas e europeus, como é bem sabido, existe desde os primeiros contatos dos nativos americanos com os imigrantes europeus que viriam a estabelecer uma colonização duradoura no continente, os navegantes de Colombo. Daí por diante, só aumentaram em escala, gerando o extermínio das populações nativas em um sentido muito amplo, isto é, sua morte física, identitária e social, a destruição de suas crenças, do seu modo de vida e o processo de imposição dos costumes da cristandade ocidental.

Evidentemente, o maior propósito dos europeus no novo continente era a potencialidade econômica da empreitada. Tinham, porém, outros objetivos, mais uma justificativa na verdade, um destino planejado às populações que lá viviam. Segundo o

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Passo Fundo – PPGH-UPF e bolsista da CAPES. E-mail: nathan.h7@hotmail.com.

próprio Colombo ([1492] 1998, p. 71), “[...] esse foi o objetivo e a origem do propósito, que esta viagem servisse para engrandecer e glorificar a religião cristã, não se permitindo a vinda a estas paragens de ninguém que não seja bom cristão”. Como tantas vezes se constatou ao longo da história, os povos dominadores procuraram impor sua cultura, seus hábitos e costumes aos povos que dominaram, com a convicção de que seu *modus vivendi* era o correto, o verdadeiro (geralmente vinculado a uma verdade religiosa), e que estariam contribuindo para a evolução daquelas populações. Atualmente, este processo de imposição cultural denomina-se *aculturação* e basicamente resume as relações sociais, econômicas e ideológicas entre os colonizadores e indígenas.

À aculturação das populações nativas somam-se as representações que os povos “invasores” fazem dos povos indígenas. As representações são uma forma de ver e interpretar o mundo, o desconhecido. São o ato de compactar a realidade, de simplificar a complexa gama de características físicas, sociais, culturais, de uma espécie, um grupo, um lugar. Diminuir o desconhecido para que ele caiba na cognição do expectador, para que se dê a conhecer, evidentemente, dentro do juízo de valores, das experiências, e das crenças daquele que interpreta tal realidade. É assim, caricaturalmente, através de seu olhar, que as pessoas, as sociedades, interpretam o desconhecido, porque, numa atitude de autodefesa, só conseguem lidar com o que conhecem, mesmo que à sua maneira. Segundo Swain (1994, p. 50), “O ‘outro’ só pode ser percebido como cópia imperfeita, no domínio da identidade coletiva. O heterogêneo é relegado ao imaginário-fantástico, oriundo de “costumes, modos de vida de estruturas coletivas de pensamento que simplesmente não serão os seus...”.

Pois bem, essa formação identitária, pensada e repensada pelos grupos sociais, de acordo com as mais variadas concepções de realidade que apresentam, geralmente serve à coletividade para fins específicos, nesse caso, de autoafirmação. O conjunto das ideias formadas socialmente e aceitas em determinado grupo (ao menos pela maioria de seus membros), é caracterizada como imaginário. Na concepção de Tedesco (2011, p. 216–217), “Os imaginários são socialmente construídos, institucionalizados, envolvendo linguagens que auxiliam na compreensão da realidade objetiva, as quais devem ser socialmente compartilhadas”, sendo assim, só cumprem sua razão de ser se

forem socialmente aceitos e compreendidos. Além disso, sua dimensão reguladora “demarca territórios, define relações com outros, forma imagens dos amigos e inimigos”.

As representações simbólicas têm grande força no mundo social, uma vez que são a justificação da identidade do grupo, os elementos que embasam o discurso identitário. Swain (1994, p. 54) afirma que “A posse do controle do imaginário é, pois, uma peça essencial do dispositivo do poder — e do poder político em seu sentido mais amplo, que contempla o funcionamento da sociedade como um todo.” A legitimidade da visão oficial é o grande poder que o grupo dominante possui, uma vez que este só se impõe na medida em que suas ações só são aceitas como verdadeiras e efetivas se forem assim reconhecidas internamente pelo próprio grupo e se tiverem a conivência dos outros grupos, dominados ou não (evidentemente, esta conivência pode ser conquistada pela força). Esse reconhecimento, segundo Bourdieu (2007, p. 14), não se define apenas na pela posição que a “classe social” ocupa na estrutura social, ou seja, “pelas relações objetivas que mantem com outras classes sociais”, mas das relações simbólicas que os indivíduos de diferentes classes estabelecem entre si, pelas quais, “constituem para si mesmos e para os outros sua posição na estrutura social [...] operando sobre os ‘valores’ [...] necessariamente vinculados à posição de classe”. Ou seja, a maneira como tais povos indígenas são vistos pelos europeus.

No contexto da sobreposição das populações imigrantes às populações nativas do Rio Grande do Sul do século XIX, o processo de representações dos indígenas feitas pelo colonizador branco fica bastante evidente em vários relatos da época. Certamente os indígenas também construíram representações dos colonizadores, porém, foram predominantemente silenciadas pela violência, física ou psicológica, do processo de colonização e aculturação. A seguir, analisar-se-á o contexto da ocupação das áreas florestadas do Nordeste do estado e as representações dos povos nativos, feitas pelos colonizadores brancos.

O contexto do contato: a imigração europeia no Nordeste do Rio Grande do Sul

Se a preocupação de aculturar os nativos existe desde o início da colonização portuguesa, a partir da Independência ela toma outra proporção, mais sistemática. O Império do Brasil precisava, afinal, criar o povo brasileiro. A elite dirigente não se contentaria em formar uma população de negros e índios, logo, optou-se pela imigração europeia. Ou seja, já não bastava aculturar os indígenas, era necessário extirpar suas próprias características genéticas, através de miscigenação, ou então, da exterminação. O Rio Grande de São Pedro, fracamente colonizado nas regiões de campo, no litoral e nas cercanias da Lagoa dos Patos era um lugar ideal para que se testasse a empresa imigratória. Segundo Caron, (2009, p. 180):

O incentivo à imigração era parte da proposta positivista para implantação de um projeto modernizador que inserisse o Rio Grande do Sul num modelo de produção capitalista, baseado na pequena propriedade colonizada por imigrantes europeus. Esse representavam, para o governo positivista gaúcho, o elemento civilizador dessa região, até então reduto das populações nativas.

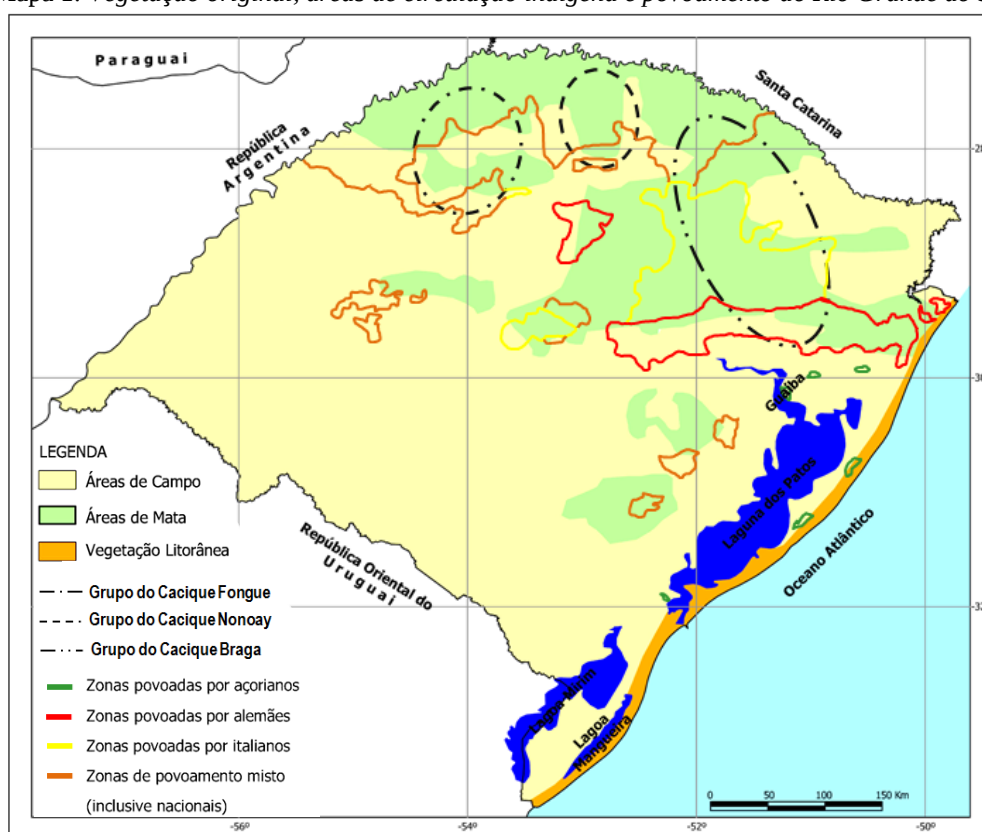
Por outro lado, a Europa transbordava habitantes. Foi um fenômeno comum no século XIX a emigração de um variado número de populações europeias rumo a terras americanas. Numa época de escassez e exploração, a “emigração torna-se libertação. A libertação da necessidade e, se não do trabalho, da exploração, elementos essenciais em que se resume a ‘vida campestre’” (FRANZINA, 2006, p. 322).

As matas dos vales rio-grandenses eram ocupadas por indígenas, que continuavam resistindo à aculturação, ao contrário dos guaranis missioneiros. Essas áreas por eles ocupadas, de maneira seminômade, eram improdutivas aos olhos do Império. Portanto, foram eleitas como o lugar onde se instalariam colônias europeias, primeiramente de origem teuta (talvez por influência da imperatriz Leopoldina) e, mais tarde, italiana, polonesa, dentre outras proveniências. Segundo Braga (2007, p. 65),

Os colonos europeus eram tidos como os portadores das habilidades e da capacidade de modernização desejada para a agricultura das terras “vazias” e improdutivas do Império. Enquanto isso, índios e caboclos, com seus roçados e atividades extrativistas, representavam tudo o que havia de selvagem e atrasado no sertão da província.

As “áreas improdutivas”, nas matas dos vales do estado eram, na verdade, zonas de circulação de populações indígenas seminômades, que nelas desenvolviam seu modo de vida, baseado na caça e na coleta, principalmente de pinhões, base alimentar destas populações (MABILDE, [1897–1899] 1983, p. 18–22). Becker (1976, p. 61–62), localiza o grupo kaingang² no noroeste, norte e nordeste do estado do Rio Grande do Sul, “na margem esquerda do Rio Uruguai, sendo limites extremos pelo NO o Rio Piratini e pelo NE o Rio Pelotas, descendo pelos municípios litorâneos de Torres (*sic*) e mais ao sul até as matas adjacentes às bacias dos Rios Caí, Taquari e Jacuí”, ou seja, na região da Encosta e do Planalto, área onde “a paisagem típica é de campos altos entremeados de bosques e matas de galeria que acompanham os rios que cortam o planalto e onde araucária lhes assegura o sustento; a caça e a pesca são relativamente abundantes”.

Mapa 1: *Vegetação original, áreas de circulação indígena e povoamento do Rio Grande do Sul*



Fonte: Adaptado de BRAGA, 2007, p. 73 e GASS; VERDUM; MANTELLI, 2014, § 6; 28.

² Na época, eram conhecidos como coroados, referência à maneira como tonsuravam os cabelos, do modo dos frades franciscanos. Para maiores esclarecimentos, ver MABILDE, [1897–1899] 1983, p. 9.

Não há dúvida, portanto, que as matas da região de colonização europeia do século XIX não eram vazias. Os imigrantes foram sendo inseridos na nova terra sem, porém, que os antigos moradores tivessem sido completamente desalojados. O interesse do governo era fazer a terra produzir, pela mão de gente branca:

[...] a memória sobre o processo migratório no sul do Brasil forjou [...] a marca do imigrante como elemento civilizador/europeizador das terras devolutas do governo imperial. A rigor, percebia-se nesse egresso de terras européias a possibilidade de desenvolver econômica e socialmente essa região, ocupando os espaços “vazios”. Entendido como racialmente superior, esse egresso de terras européias – branco – viria dar um sangue mais saudável ao elemento nacional, purificando a nação (BENEDUZI, 2005, p. 272).

Esse processo de ocupação europeu das matas sulinas acabou fazendo com que as populações nativas e os europeus entrassem em choque. As relações que passaram a se estabelecer entre eles parecem ter sido marcadas por um temor mútuo: os indígenas por perderem suas terras e enfrentarem as brigadas de colonos e os bugreiros, que contavam com o apoio do governo, e os europeus, devido aos sequestros e assaltos que não foram raros nas zonas mais afastadas. Os imigrantes ocuparam as áreas de matas, porque os campos já eram explorados pelos estancieiros há tempos. Uma vez que o interesse era povoar as “áreas vazias”, leia-se, que não estivessem ocupadas por populações que se enquadrassem na classificação de “civilização ocidental”, os imigrantes foram destinados às matas dos vales do nordeste.

Segundo Braga, (2007, p. 71) a “disputa pela terra entre os imigrantes e grupos indígenas historicamente alojados na região” era resultado “da sobreposição das áreas destinadas aos colonos europeus e territórios conhecidamente ocupados por índios”. E acrescenta:

O papel do pioneiro ficou reservado aos imigrantes europeus. [...] Os imigrantes foram abastecidos e orientados para o desenvolvimento da atividade agrícola, visando não apenas a lavoura de subsistência, mas, também, a atividade comercial nas zonas de colonização. Essa estrutura preparada pelo Império mostra que o imigrante europeu foi eleito para compor a frente pioneira (BRAGA, 2007, p. 67).

Isto significa que a imagem do imigrante como desbravador das florestas, como povoador e civilizador na verdade é construída. Os habitantes nativos do território não tiveram a chance de se perpetuar na história como *povoadores*, como *pioneiros*. Ora, se essas populações haviam estado aqui muito antes da chegada dos europeus, não teriam sido eles os pioneiros? Por se tratarem de populações que não compartilhavam as mesmas visões de mundo, os mesmos usos e costumes, a mesma maneira de tirar o sustento diário, indígenas (e também caboclos) acabaram sendo excluídos das narrativas do povoamento desta parcela do estado. Os novos municípios, construídos pelos povoadores europeus, não lhes concederam muito espaço nas páginas de sua história. Era melhor, afinal, ser descendente da boa gente europeia do que pensar que um dia haviam vivido ali populações de bugres. Nascimento (2014, p. 39) acrescenta que “o colono não foi um herói desbravador das matas, mas sim aquele que teve as condições materiais e legais (ou não tão legais assim) de ocupar a terra, fazendo-a produzir para comercializar seus produtos”.

Outra questão eram os interesses dos latifundiários sobre as áreas de circulação de indígenas e caboclos que, não tendo os mesmos recursos legais que os estancieiros, acabavam perdendo suas terras. Segundo Braga (2007, p. 55), “Estas áreas passaram a ser vistas pelos grandes proprietários, que almejavam aumentar suas possessões anteriores, como terrenos devolutos, facilmente apropriáveis dentro dos padrões de ocupação considerados úteis pelo império”. Perseguidos pelos grandes proprietários nas regiões de campo, os indígenas acabaram retirando-se às florestas dos vales, cada vez mais adentradas pelos imigrantes. Pouco a pouco, foram entregando-se ao aldeamento, muito incentivado pelo governo:

[...] foram criados aldeamentos para reunir os grupos Kaingang que transitavam nas áreas de mato ao norte e nordeste da província, sendo perceptível, no formato com o qual se criaram esses aldeamentos, a manutenção dos dois princípios freqüentemente reafirmados na política indigenista brasileira: Civilizar pela fé e converter os índios em agricultores sedentários capazes de garantir sua própria subsistência (BRAGA, 2007, p. 141).

Como se fosse o triunfo dos objetivos dos primeiros navegadores, as últimas tribos do estado aparentemente haviam sido reduzidas a camponeses cristãos. Porém, a

resistência sempre esteve presente e os aldeamentos nunca frutificaram como se havia imaginado. Os indígenas jamais se adaptaram à “civilização” por completo e continuaram à margem da sociedade, sendo acusados de vadios, bêbados, violentos. Os aldeamentos dos últimos grupos kaingang que viviam nas matas passaram a ocorrer por volta de 1850 até 1880 (BECKER, 1976, p. 175), havendo, posteriormente, subdivisões, redução e mesmo extinção de aldeamentos. Conforme os aldeamentos ocorriam, aumentavam as levas de imigrantes que vinha para ocupar as terras deixadas pelos indígenas.

O contato e as representações: os indígenas na visão do colonizador

Na prefeitura de Caxias do Sul encontra-se um mural executado pelo pintor Aldo Locatelli, em 1953, originalmente pensado para ornamentar a sede da Festa da Uva (atualmente sede da administração municipal). Intitulado “Do Itálico Berço à Nova Pátria Brasileira”, medindo 30,80 m x 2,72 m, o mural é uma representação da epopeia dos imigrantes italianos vindos ao Rio Grande do Sul. Toda a obra é marcada por cenas de trabalho, o trabalho da construção da civilização na “nova pátria brasileira”. Transparece na pintura o caráter do imigrante como o pioneiro, o civilizados, o fundador, o construtor. Quem observa o mural, verá à sua esquerda a colonização agrícola, a derrubada das matas, a plantação das sementes e, evidentemente, a produção da uva. Ao lado direito, as cenas mostram a construção da cidade, o comércio, o trabalho artesanal, a indústria.

Figura 1: *Do itálico Berço à Nova Pátria Brasileira* (Detalhe). Aldo Locatelli, 1953. Óleo sobre reboco. 30,80m x 2,72m. Centro Administrativo Municipal de Caxias do Sul.



Fonte: Buona Gente Capixaba. Disponível em: << <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/buona-gente-capixaba>>>. Acesso em 12/03/2015.

Na parte central da obra, pode-se notar, sob uma pequena árvore aquebrantada, a figura de dois indígenas, kaingang, se levamos em consideração a história da ocupação da região. Ambos olham um grupo de migrantes que chegam munidos de ferramentas para colonizar o lugar. Os imigrantes, altivos, parecem contemplar o espectador, mirando-o nos olhos. Os indígenas, prostrados, olham para o lado oposto. Enquanto o mural é dominado por tons dourados, representando luz e fartura, além de dinamicidade em todas as cenas, na única “ilha” escura da imagem, as duas figuras contemplam os colonizadores brancos. Assustados. Retraídos. Não se pode ver suas faces, mas se imagina que sua expressão seja de grande apreensão. Observam, titubeantes e escondidos, aqueles que vêm para ocupar as últimas porções de terra que lhes haviam pertencido. Encurralados entre os derrubadores das matas que lhes davam o sustento e os construtores das cidades que eram o extremo oposto de seu modo de vida. Parecem perceber que aqueles são os derradeiros responsáveis pela decadência de seu povo. Outro entre tantos. Na maneira como o colonizador sustenta a pá, a evidente expressão de sua intenção: defender a conquista com segurança e firmeza, ao contrário da postura acanhada dos nativos. Segundo Brambatti (2002, p. 800), “o índio retratado não é altivo, guerreiro, como o guarani das missões, retratado em outros murais, mas subjugado, receoso, de joelhos. Mais parece uma chamada à consciência de que nesta terra habitavam índios, e que foram exterminados”.

Locatelli não omitiu o elemento indígena da história de Caxias do Sul. Pelo contrário, parece ter cristalizado a cena perfeita que descreve a memória formulada a partir do contato. O índio é o derrotado. Acuado, como um animal selvagem prestes a ser abatido. Não pode mais evitar o inevitável – sua submissão ao homem branco e civilizado. Na verdade, os povos indígenas resistiram como puderam à colonização. Conflitos contra os brancos, sequestros, roubos, entre outras formas de resistência. A imagem negativa do indígena é resultado, como em todas as representações sociais, de uma construção.

A construção da ideia de índio é algo ruim, algo relacionado a selvagem, quase animalesco. Brunello (1994, p. 4), afirma que os brancos os consideravam elementos da natureza, como os macacos e os jaguares. Se a própria maneira de denominar tais populações tem uma conotação pejorativa, pode-se imaginar quais foram as representações que os imigrantes fizeram dos indígenas:

Juntamente com as novas características culturais conduzidas à região [de colonização europeia no RS], os colonos europeus criaram uma visão sobre os índios, denominando-os de vadios, bárbaros, bandidos, invasores de terras, a fim de conquistar seu espaço e justificar para a sociedade brasileira suas atitudes. Assim, enquanto os colonos foram expostos pela ideologia dominante da época, como pacíficos trabalhadores, promotores do progresso e responsáveis pela produtividade, os indígenas foram apresentados como... *gente selvagem, por isso perigosa*³ [...] (NASCIMENTO, 2014, p. 37).

Essas representações estão evidentemente relacionadas ao contato entre o imigrante e os indígenas. Devido à já referida sobreposição das áreas de imigração às áreas indígenas, os contatos muitas vezes não foram amistosos. Há muitos relatos⁴ de ataques à lavouras, ataques à residências, sequestros e assassinatos por parte dos índios, num processo de resistência à expansão dos colonos, ou em retaliação a esta expansão. Como resposta, os colonos buscavam ajuda com as autoridades, montavam milícias de “caça aos índios”, enfim, respondiam de maneira tão cruel como a resistência indígena. Para o Rio Grande do Sul, estes conflitos parecem ficar mais restritos à zona de imigração alemã. Mabilde (1983, p. 184–185) explica como ocorriam tais ataques:

³ Grifo do autor

⁴ Mabilde, Becker, Brunello, Dornelles (já citados), entre outros autores trazem relatos dos assaltos dos indígenas e das perseguições dos brancos em represália.

Assaltam, geralmente, cada morador por si e com grande número de indígenas, matando tudo quanto é homem, aprisionando as mulheres, moças e crianças, saqueando a casa e inutilizando os objetos que não possam levar ou que não lhes servem. Não temendo a chegada de socorro repentino à casa assaltada, prendem-lhe fogo, incendiando tudo, retirando-se para a mata e não demorando ali mais tempo algum. Regressam para a mata fazendo muitos rodeios, de modo que um perseguição, feita uma hora que seja depois deles haverem se retirado do lugar assaltado, se torna uma empresa sem resultado algum, pois na retirada caminham a toda a pressa, matando as prisioneiras que não possam acompanhá-los.

Em uma correspondência de 1832, possivelmente destinada à Alemanha (neste caso, à uma das regiões de língua teuta da Europa), Matias Franzen (*apud* BECKER, 1976, p. 305), conta um pouco como esses contatos violentos entre os indígenas e os imigrantes impactaram os anos iniciais da colonização europeia no nordeste rio-grandense:

“Estariamos perfeitamente contentes e felizes, se não existisse um grande mal, a saber, os homens selvagens, que já faz muito tempo, tornaram perigosos os matos e tiraram a vida a 21 irmãos alemães. Estes selvagens que descendem da Índia (!) eram aqui na terra livre os habitantes primitivos, antes de os portugueses tomarem posse desta terra, sendo depois rechaçados para o mato. Aí se poderiam alimentar bem da muita caça, frutos e plantas, se não quisessem satisfazer sua tendência para roubar e matar. Estão interessados principalmente no roubo de objetos de ferro.(...) Ainda no dia 16 de abril deste ano, 4 horas de distância daqui (do Rosental) mataram 11 pessoas entre crianças e adultos. Mas agora os alemães se retiraram das colônias mais afastadas e se estabeleceram no meio desta picada e também na minha zona, onde moro na frente.”

Sobre as experiências com os índios aldeados, Mabilde ([1887 – 1889] 1983, p. 191–207) afirma que os resultados vinham sendo insatisfatórios, porém era obrigação dos “civilizados” esforçarem-se pela mudança nos hábitos dos indígenas. Defendia que o melhor modo de “acolher” em nossa sociedade era afastá-los das matas e inseri-los nas cidades, onde, através do trabalho em fábricas ou oficinas e longe das matas, poderiam finalmente incorporar-se à civilização ocidental. Como se percebe, o objetivo sempre era a aculturação, despojar os indígenas de sua identidade e de seus costumes.

Considerações finais

A ocupação do Nordeste do Rio Grande do Sul por populações europeias ao longo do século XIX gerou atritos étnicos, resultantes da sobreposição das áreas de colonização às áreas de circulação dos indígenas. Os colonos, buscando legitimar suas ações e compreender a realidade que se apresentava, construíram representações das populações nativas, atribuindo-lhes características pejorativas, percebendo-as como elementos da natureza selvagem a serem vencidos pela civilização.

As populações de imigrantes foram crescendo e se expandindo, chegando finalmente a friccionar-se com as reservas indígenas. Segundo Gass, Verdum e Mantelli (2014, § 23), “a Encosta do Planalto Meridional, principal ponto de instalação dos imigrantes, entrou num processo de escassez de terras na última década do século 19 e início do século 20, fato que direcionou o processo de colonização para a porção norte do estado”. Como as populações dos descendentes de imigrantes crescessem muito e rapidamente, migrações internas nas décadas de 1950 e 1960 acabaram ocupando algumas áreas reservadas aos indígenas. A justificação dessa ocupação esteve novamente nas representações pejorativas dos grupos indígenas:

Ao mesmo tempo suas terras foram apoderadas por diferentes grupos, também expropriados, expulsos de suas posses. Portanto, a redução do território indígena ainda disponível, o empobrecimento do solo pela utilização intensiva, o alcoolismo incentivado pelos colonos, que esperavam o abandono da terra, a “proteção” repressiva dos órgãos públicos e as invasões de colonos esperançosos de uma nova divisão das reservas, em muitos casos orientados por políticos locais e regionais, ...*agrediram a identidade indígena, a violentaram, tentaram extirpá-la, extinguí-la [sic.], apagá-la [...]* (NASCIMENTO, 2014, p. 37).

Enfim, essas populações de origem europeia, portadoras de um modelo expansionista de civilização, buscaram sempre ampliar suas terras às custas dos territórios indígenas. Não cabe aqui julgar este modo de proceder. É bastante provável que estas mesmas populações estivessem convictas de que era a coisa certa a ser feita: fazer produzir a terra e dar um futuro aos seus filhos. O importante é ter em mente que essa justificativa se relacionava à imagem pejorativa que foi construída dos povos indígenas e, bem ou mal, segue até a atualidade.

Referências

CARON, Márcia dos Santos. Colonização privada em área de colonização oficial: Considerações sobre a implantação das atividades da empresa colonizadora Luce, Rosa e Cia LTDA no Alto Uruguai Gaúcho (1915-1920). In HEINSFELD, Adelar; TEDESCO, João Carlos. *Colonos, colônias & colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Erechim: Habilis, 2009. p. 180.

BECKER, Ítala I. B. *O índio kaingang no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1976.

BENEDUZI, Luís Fernando. Conquista da terra e civilização do gentio: o fenômeno imigratório italiano no Rio Grande do Sul. Anos 90, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p.271-294, jan./dez. 2005.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: Elementos para uma representação crítica sobre a ideia de região (Cap. V). In: _____. *O poder simbólico*. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRAGA, Márcio André. *Os Gentios e a Catequese*. Caxias do Sul: Ed. Maneco, 2007.

BRAMBATTI, Luiz Ernesto. Aldo Locatelli: Do itálico berço à nova pátria brasileira. In COSTA, Rovílio; GARDELIN, Mário (Orgs.). *Povoadores da Colônia de Caxias*. – 2ª ed. – Porto Alegre: EST, 2002.

BRUNELLO, Piero. *Pionieri: gli italiani in Brasile e il mito della frontiera*. Roma: Donzelli Editore, 1994.

COLOMBO, Cristóvão. *Diários da descoberta da América: as quatro viagens e o testamento*. Porto Alegre: L & PM, 1998.

DORNELLES, Soraia Sales. *Encontros e (des)encontros ao “fazer a América”*: indígenas e imigrantes no Rio Grande do Sul do século XIX. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

DORNELLES, Soraia Sales. *O protagonismo histórico indígena no Rio Grande do Sul do século XIX: a experiência de Luis Bugre*. X Encontro Estadual de História – O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. 26 a 30 de julho de 2010, Santa Maria, RS, 2010.

FRANZINA, Emilio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2006. p. 322.



GASS, Sidnei L. Bohn; MANTELLI, Jussara; VERDUM, Roberto. Estrutura, processo, função e forma no setor agrário do noroeste do Rio Grande do Sul. *Confins* [Online], 20 | 2014, postando em 07 mar 2014, acessado em 22 mar 2015. Disponível em <<<http://confins.revues.org/8879>>>.

NASCIMENTO, José A. M. “*Muita terra pra pouco índio*”: ocupação e apropriação dos territórios Kaingang da Serrinha. São Leopoldo: Oikos, 2014.

SWAIN, Tânia Navarro. Você disse imaginário? In _____ (Org.). *História no Plural*. Brasília: Editora UNB, 1994.

MABILDE, Pierre F. A. B. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul: 1836–1866*. São Paulo: Ibrasa, 1983.

TEDESCO, João Carlos. *Passado e presente em interfaces: introdução à uma análise sócio-histórica da memória*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Xanxerê: Ed. Universidade do Oeste de Santa Catarina; Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2011.